

A crise na ANC

Do acordo de Nkomati ao espírito de Bambata

O regime moçambicano estava com certeza perfeitamente consciente de que iria agudizar a crise latente no Congresso Nacional Africano, ANC, quando, na sequência do Acordo de Nkomati, lhe retirou a possibilidade de organizar incursões ou actos de sabotagem a partir do seu território. Ao fazê-lo, a Frelimo criou de facto a hipótese de virem a surgir novas cisões no ANC e até mesmo no seu aliado muito próximo, o Partido Comunista da África do Sul. A verdade é que, dadas as suas raízes ideológicas e a sua experiência de movimento de libertação, a Frelimo tende a considerar essas crises necessárias e clarificadoras.

FERNANDO MAGALHÃES

Qualquer estudioso atento da situação política na África Austral sabe que o ANC tem sofrido revezes periódicos e que atravessa uma crise desde o final dos anos 60.

É uma situação que, tudo indica ser provocada pela sua incapacidade de liderar as várias expressões de resistência no interior do país. Segundo uns, como resultado da extrema eficácia dos serviços de segurança do governo, segundo outros, pela incapacidade de fazer a leitura correcta da nova realidade sul-africana.

Talvez ambas as correntes tenham razão. No entanto parece ser um facto que o ANC em vez de prever, enquadrar e dirigir as múltiplas erupções de resistência negra ao regime do «apartheid» tem mais tendência a deixar-se ir a reboque dos acontecimentos.

Foi assim com a gigantesca greve dos mineiros de Port

Elizabeth, em 1976 e com as revoltas dos estudantes de Soweto contra o sistema de ensino, em 76 e 77.

É um facto que numa e noutra situação apareceram dirigentes a reclamar-se a simpatia ou mesmo a filiação no ANC — o que revela o prestígio quase mítico do movimento mas o tempo se encarregou de revelar que esses líderes espontâneos não tinham contactos directos com a organização do ANC, isolada no exterior.

**Inesperadamente
o 25 de Abril**

Entretanto, um pouco caoticamente, a resistência negra ao regime do «apartheid» continuava a desenvolver-se no interior do território, com tendência natural para se radicalizar, respondendo ao racismo branco do regime com o racismo negro.

Inesperadamente também para o ANC surgem o 25 de Abril português e as independências de Moçambique e Angola.

E então que alguns dirigentes do ANC julgam ter chegado o momento de desencadear o processo que culminaria com a queda do «colonialismo interno» sul-africano.

Argumentavam esses quadros existirem finalmente as condições ambicionadas desde os anos 60: o braço armado do ANC, «A Lança da Nação» ou «MK», dispunha de uma rectaguarda confinando com a fronteira do seu país. Por outro lado, em Angola, estava agora, também, uma força militar que parecia invencível — o destacamento cubano.

Essa tese era aceite por alguns dos dirigentes do Partido Comunista da África do Sul, no exterior, o que parecia significar o apoio da própria União Soviética, então em plena ofensiva africana.

Em Lusaca, Dar-es-Salaam ou Maputo, gente ligada ao ANC, referia a radicalização da resistência interna sem objectivos definidos e a própria dinâmica do capitalismo sul-africano fomentando a criação de uma burguesia negra, como razões determinantes de uma rápida acção do seu movimento.

Toda a máquina de propaganda do Partido Comunista sul-africano entoava loas à Frelimo e a Samora Machel.

Outras prioridades

Todavia Moçambique não mostrava pressa em apoiar a «libertação» da África do Sul. De concreto sabe-se que Samora Machel considerava outras prioridades, nomeadamente a descolonização da Rodésia.

Entretanto, o Congresso moderava os seus ímpetos e era aconselhado por alguns dos dirigentes da Linha da Frente a preparar a acção futura com um debate profundo

das fraquezas e potencialidades do movimento, bem como a fazer a avaliação da nova realidade sul-africana.

Esse debate alastrou a todas as capitais africanas com representações do ANC.

Em breve surgiam opiniões criticando o «aventureirismo» dos que tinham julgado reunidas todas as condições para desencadear a guerrilha.

Com a independência do Zimbábue, em 1979, a questão regressa ao primeiro plano. Parte dos dirigentes do ANC acredita ser altura de avançar com a guerrilha urbana e a sabotagem. Por outro lado, alguns desses dirigentes acreditam que a sua luta terá êxito, caso Moçambique, com maior apoio da União Soviética se transforme numa «rectaguarda segura».

O governo de Maputo mostrava-se porém mais interessado em resolver a sua crise interna.

Por outro lado o regime moçambicano mantinha-se firme na sua disposição de subtrair o país, a África Austral e se possível o próprio Índico ao confronto entre as grandes potências.

Às solicitações feitas pela União Soviética para a instalação de facilidades navais Samora responde, não.

Maputo lança então uma ofensiva diplomática com múltiplos objectivos: neutralizar a guerrilha anti-Frelimo através da própria África do Sul que a alimenta e arranjar um pacto de boa vizinhança com o seu mais poderoso adversário, o regime sul-africano.

Para que a neutralização desse adversário seja mais efectiva evitando-se conflitos na região Samora Machel aproxima-se do Ocidente.

Por outro lado, esta ofensiva diplomática tornada talvez indispensável para a sobrevivência do regime, permite tentar atrair os investimentos de que a exausta economia do país precisa para o desenvolvimento.

A negociação com a África do Sul implicava um preço e esse preço incluiria sempre o compromisso moçambicano de não permitir a utilização do seu território como recta-

guarda da guerrilha do Congresso Nacional Africano.

O preço foi pago em Nkomati e talvez de boa vontade.

Uma constante

De facto, logo em 1977, dirigentes do ANC e mesmo antigos entusiastas do Partido Comunista sul-africano, já consideravam irrealista ou prematuro o lançamento imediato da guerrilha urbana.

Os anos passaram mas tudo indica que nenhum movimento de resistência tem uma organização interna, indispensável na opinião da Frelimo para que o guerrilheiro se movimente «como o peixe dentro de água».

O ANC é aliás acusado de negligenciar o trabalho político de base que muitos nacionalistas africanos consideram indispensável para o êxito da «luta armada».

O Congresso já sofreu críticas semelhantes quando em 1967, aliado à ZAPU, de Joshua Nkomo, se lançou em acções de guerrilha conjunta na então Rodésia, de Ian Smith.

A operação mal preparada cifrou-se num desaire total. A quase totalidade dos guerrilheiros sul-africanos foi morta ou aprisionada pelas forças de segurança rodesianas.

A utilização da guerrilha contra o regime do «apartheid» parece aliás ter-se transformado numa obsessão do Congresso Nacional Africano a partir dos anos 60.

Os erros parecem também ser uma constante.

Em 1963, o Congresso e o partido comunista sul-africano formam um braço armado, «A Lança da Nação» ou «MK» para o desencadear primeiro da sabotagem a alvos específicos e depois acções de guerrilha. Contam para o efeito com guerrilheiros treinados em países do Leste europeu ou nos países africanos independentes. Era um pouco a teoria guevarista do «foco» que faria alastrar a luta e a consciencialização política.

Na sequência dessa tentativa jugulada pela polícia na chamada «operação Rivonia» praticamente toda a estrutura organizativa do Congresso no interior foi destruída e a maioria dos dirigentes metida em prisões onde muitos acabariam por morrer e outros ainda apodrecem como Si-sulo ou Mandela.

Além de neutralizado durante anos o ANC foi abalado por mais uma crise interna periodicamente suscitada pelo que muitos militantes da resistência africana consideram uma excessiva influência do partido comunista sul-africano no movimento de libertação.

É um facto que a história do CNA se desenrola quase em paralelo e muitas vezes indistintamente da do partido comunista.

O Congresso nasce em 1912 como organização de defesa dos direitos cívicos dos africanos, agrupando advogados negros, médicos, homens da igreja, professores e jornalistas.

Bandeira vermelha

O partido comunista nasce em 1921 apenas com brancos filiado no Comintern e proclamando como tarefa imediata «o avanço para uma sociedade sem classes» constituindo os operários, então predominantemente brancos, as «tropas de assalto» da revolução que julgava próxima.

Nas grandes insurreições de mineiros brancos, os comunistas estão muito activos. A bandeira vermelha trémula por vezes na câmara municipal de Joanesburgo tomada de assalto. Numa grande manifestação em 1922, ao som da «Bandeira Vermelha» proclamava-se a palavra de ordem: «Trabalhadores do Mundo, Lutem e Unam-se por uma África do Sul Branca».

Em breve no entanto os comunistas sul-africanos modificavam a sua posição. Logo nos anos 20 começavam a captivar os dirigentes do Congresso Nacional Africano promovendo a visita de alguns deles à União Soviética.

O Presidente do ANC, Josiah Gumede, é criticado e deposto, por no regresso de uma viagem a Moscovo ter declarado que «a União Soviética é o único amigo verdadeiro de todas as classes subjugadas».

Em 1925 no comité central do PCSA já figuram africanos. No início dos anos 40 verifica-se uma ligação muito íntima entre o PCSA e o Congresso. O secretário-geral do partido comunista, Moses Kotane, e o próprio presidente, o indiano Yusuf Dadoo são já também dirigentes do ANC numa direcção colectiva que reúne múltiplas tendências.

Em 1948 o ANC define-se com a estrutura e de certa forma a sua ideologia actual. Um grupo de jovens no qual se incluem Mandela, Sisulo, Oliver Tambo e Robert Sobukwe tomam progressivamente conta da direcção. Com eles estão comunistas como Kotane, Marks, Mofutsanyana.

O ANC radicaliza-se, agudizando-se ao mesmo tempo as tensões entre comunistas e não comunistas.

O actual presidente do ANC Nelson Mandela preso desde 1962, contava-se então entre os que mais criticavam a presença de elementos do partido comunista no Congresso. Sisulo (também ainda preso) e Oliver Tambo, actual presidente do ANC no exílio, apoiavam-no. Robert Sobukwe viria em 59 a formar um movimento dissidente, invocando manipulações dos comunistas e de «brancos» no movimento. Formaria o Congresso Panafricanista, ainda hoje existente e reconhecido pela OUA.

Razões de peso

Apesar dos esforços de Mandela e de outros dirigentes, os comunistas continuam a ser aceites no movimento. No julgamento em Rivonia, em 1963, Mandela explicaria esta atitude em pleno tribunal com duas razões fundamentais: primeiro porque «as diferenças teóricas entre os que lutam contra a opressão constituam um luxo a que não nos podemos dar nesta fase»; segundo porque «durante décadas os comunistas foram o único grupo político que na África do Sul estava preparado para comer connosco, viver connosco, trabalhar connosco».

Talvez esta não seja a verdade total porque muitos sul-africanos, nomeadamente do Partido Liberal, como o fa-

moso escritor Alan Paton estariam dispostos a fazer o mesmo. Sempre se recusaram no entanto a entrar para um movimento que consideram demasiadamente influenciado pelo partido comunista.

Essa influência todavia não obsteu a que homens conhecidos do ANC e não marxistas entregassem a sua vida ao movimento como no caso do prestigiado Albert Luthuli, Prémio Nobel da Paz e Presidente do Congresso de 1954 até à sua morte, nos anos 60.

Em entrevista nunca publicada por proibição da censura portuguesa Luthuli explicar-nos-ia em 1964 as suas razões para como homem profundamente religioso e amante da paz se dispor a apoiar um movimento que tinha comunistas nas suas fileiras e advogava a violência. Dir-nos-ia que esgotados todos os meios para lutar pelo seu povo se vira obrigado a acreditar na conquista desses direitos pela força.

Quanto à influência dos marxistas-leninistas no Congresso Luthuli, homem sábio e cauteloso dir-nos-ia que só o futuro responderia a questões como a necessidade de nacionalizar todos os bancos, as minas, as grandes empresas industriais e toda a terra.

Não lhe interessava antecipar os grandes debates e mesmo as dolorosas cisões do futuro, quando esse futuro ainda vinha muito longe.

Dir-nos-ia também que o «espírito de Bambata» estava cada vez mais radicado no seu povo como resposta à opressão do regime de Pretória.

Luthuli referia-se à revolta de alguns pequenos chefes tribais, em 1906, que recusando-se a obrigar o seu povo a pagar as novas taxas impostas pelo governo, decidiram entrar desesperadamente na violência, iniciando uma curta guerra de guerrilha.

O resultado dessa decisão seria a morte de quatro mil africanos e 25 europeus com o único resultado positivo de ter ficado na memória da resistência africana.

A verdade é que o «espírito de Bambata» parece continuar a perseguir o Congresso Nacional Africano talvez inteligentemente aproveitado pelo partido comunista.

O futuro, o tempo necessário para o grande debate, referido por Albert Luthuli talvez ainda não tenha chegado ao horizonte da África do Sul. Mas o debate, esse talvez venha a ser antecipado com os acordos de Nkomati.